

Políticas afirmativas e educação superior: Rumo a uma universidade como um espaço do comum

Affirmative policies and higher education: Towards a university as a space of the common

Políticas afirmativas y educación superior: Hacia una universidad como espacio de lo común

Recebido: 16/04/2024 | Revisado: 23/05/2024 | Aceitado: 26/07/2024 | Publicado: 29/07/2024

Matheus Bezerra de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7534-4567>

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

E-mail: matheus_bezerra12@hotmail.com

Resumo

O artigo aborda o impacto das políticas afirmativas na universidade pública destacando como essas políticas transformaram esse espaço educacional em um campo do comum. As políticas afirmativas promoveram a inclusão de grupos historicamente marginalizados diversificando tanto a composição estudantil quanto o corpo docente. Objetiva-se com este artigo analisar de que forma o potencial comum da Universidade se concretiza com o apoio das políticas públicas de inclusão e acolhimento de sujeitos de toda a sociedade visto que a universidade pública, ao adotar essas políticas, tornou-se um terreno fértil para a troca de experiências e perspectivas, enriquecendo os debates acadêmicos. Para tanto adotou-se uma metodologia qualitativa de natureza filosófico-reflexiva baseada em uma revisão de literatura e análise documental. Constatou-se a necessidade contínua de enfrentamento aos desafios e a necessidade de se continuar buscando formas de garantir e maximizar a eficácia das políticas afirmativas para construirmos cada vez mais universidades verdadeiramente inclusivas e representativas. A conclusão destaca a universidade pública como um espaço onde a diversidade é celebrada, desafiando preconceitos e contribuindo para a construção de conhecimento coletivo em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Teoria do comum; Cotas; Universidades; Ensino.

Abstract

The article addresses the impact of affirmative policies on public universities, highlighting how these policies transformed this educational space into a common field. Affirmative policies promoted the inclusion of historically marginalized groups by diversifying both the student composition and the teaching staff. The objective of this article is to analyze how the common potential of the University is realized with the support of public policies for the inclusion and reception of subjects from across society, given that the public university, by adopting these policies, has become a fertile ground to exchange experiences and perspectives, enriching academic debates. To this end, a qualitative methodology of a philosophical-reflexive nature was adopted based on a literature review and documentary analysis. There was a continuous need to face challenges and the need to continue looking for ways to guarantee and maximize the effectiveness of affirmative policies to build more and more truly inclusive and representative universities. The conclusion highlights the public university as a space where diversity is celebrated, challenging prejudices and contributing to the construction of collective knowledge in search of a more fair and egalitarian society.

Keywords: Common theory; Quotas; Universities; Teaching.

Resumen

El artículo aborda el impacto de las políticas afirmativas en las universidades públicas, destacando cómo estas políticas transformaron este espacio educativo en un campo común. Las políticas afirmativas promovieron la inclusión de grupos históricamente marginados al diversificar tanto la composición estudiantil como el personal docente. El objetivo de este artículo es analizar cómo se materializa el potencial común de la Universidad con el apoyo de políticas públicas para la inclusión y acogida de sujetos de toda la sociedad, dado que la universidad pública, al adoptar estas políticas, se ha convertido en un terreno fértil. intercambiar experiencias y perspectivas, enriqueciendo los debates académicos. Para ello se adoptó una metodología cualitativa de carácter filosófico-reflexivo basada en una revisión de la literatura y un análisis documental. Existía la necesidad continua de enfrentar desafíos y la necesidad de seguir buscando formas de garantizar y maximizar la efectividad de las políticas afirmativas para construir universidades cada vez más verdaderamente inclusivas y representativas. La conclusión resalta a la universidad pública como un espacio donde se celebra la diversidad, desafiando prejuicios y contribuyendo a la construcción de conocimiento colectivo en busca de una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Teoría común; Cuotas; Universidades; Enseñando.

1. Introdução

A sociedade atual é caracterizada por complexas relações sociais e avanços tecnológicos; a Teoria do Comum surge como uma possibilidade de auxiliar a compreensão e a preservação de recursos coletivos. Dentro dessa realidade, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, enquanto instituição de ensino superior financiada pelo Estado, se destacam como um potencial comum de enorme importância em razão da aplicação incontestável dos princípios da teoria do comum nesse tipo de instituição, a exemplo do compartilhamento, acessibilidade e colaboração.

Ao revelarmos a universidade pública como um bem comum, surgem reflexões significativas sobre a democratização do conhecimento, a inclusão social e a participação de toda a sociedade na busca pelo avanço científico e cultural. Nesta perspectiva, analisaremos a universidade pública não apenas como um local de aprendizado e ensinamentos, mas como um local dinâmico que requer uma abordagem colaborativa e comprometida.

Desta maneira, objetiva-se com este artigo analisar de que forma o potencial comum da universidade se concretiza com o apoio das políticas públicas de inclusão e acolhimento de sujeitos de toda a sociedade. E, de maneira específica, objetiva entender como o conceito do comum se aplica nas universidades públicas, bem como de que forma a democratização do acesso às universidades amplia o "comunar".

Para alcançar os objetivos deste artigo, o mesmo está dividido em duas seções além da introdução. Sendo que na primeira seção apresentaremos o conceito de comum e a sua relação com a Universidade Pública, trazendo-a como um ambiente de grande potencial de ser um comum. Desta forma, discutiremos, por meio dos ensinamentos e conceitos de estudiosos da área, de que maneira a teoria pode ser ampliada para que além de potencial, o comum passe a existir de maneira prática.

Já na segunda seção, abordaremos como as políticas públicas revolucionaram o acesso ao ensino superior no Brasil e como isso contribuiu para ampliação do comum. Nesta seção, analisaremos de que maneira a política de cotas na educação superior reflete e se alinha com os princípios da teoria do comum e de que forma isso beneficia toda a sociedade.

No final, são desenvolvidas as conclusões da pesquisa no intento de contribuir com o tema, mas também demonstrar futuras possibilidades de desenvolvimento do tema, visto que não é objetivo deste esgotar o tema, mas iniciar reflexões acerca do tema e fortalecer as políticas públicas educacionais.

A metodologia empregada nesta pesquisa buscou uma abordagem multifacetada para analisar o impacto das políticas afirmativas na universidade pública como espaço comum. Utilizou-se uma revisão extensiva da literatura acadêmica para fundamentar teoricamente a discussão, explorando as perspectivas de teóricos renomados sobre a teoria do comum, as políticas afirmativas e seus efeitos na educação superior. A análise desses teóricos permitiu uma compreensão abrangente e aprofundada do impacto das políticas afirmativas na universidade pública, destacando nuances, desafios e perspectivas promissoras para a construção de um espaço acadêmico mais diversificado, igualitário e comum.

2. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos neste artigo, adotou-se uma metodologia qualitativa, baseada em uma revisão de literatura e análise documental. A seguir, são descritas as etapas do processo metodológico.

Inicialmente realizou-se uma revisão de literatura conduzida com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo e compreender o contexto e as implicações das políticas afirmativas na universidade pública brasileira. Foram selecionados artigos, livros e teses de autores renomados que discutem a Teoria do Comum, políticas afirmativas e inclusão no ensino superior. Entre os principais autores consultados estão Michael Hardt, Antonio Negri, Pierre Bourdieu, Silvia Federici, Luiz Augusto Campos e Eliane Cavalleiro.

A pesquisa bibliográfica permitiu identificar as principais contribuições teóricas sobre o tema, bem como os desafios e oportunidades associados à implementação das políticas de cotas nas universidades públicas. A análise desses trabalhos forneceu uma base sólida para a discussão e interpretação dos dados apresentados.

A análise documental envolveu a investigação de documentos oficiais, leis, decretos e diretrizes relacionadas às políticas afirmativas no Brasil, com foco na Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas). Foram examinados relatórios e estudos de instituições de ensino superior, bem como documentos disponibilizados por órgãos governamentais e organizações não-governamentais que atuam na promoção da inclusão educacional.

Essa análise permitiu compreender a evolução histórica e legal das políticas afirmativas no Brasil, bem como os resultados alcançados desde a sua implementação. Foram investigados dados sobre o perfil dos estudantes beneficiados pelas políticas de cotas, sua performance acadêmica e as percepções sobre a inclusão nas universidades públicas.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente, buscando identificar padrões, tendências e insights sobre o impacto das políticas afirmativas na democratização do acesso ao ensino superior e na ampliação do comum nas universidades públicas. A análise dos dados envolveu a triangulação das informações obtidas na revisão de literatura e na análise documental, permitindo uma interpretação abrangente e aprofundada do fenômeno estudado.

A triangulação metodológica pode “iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise dos dados” (Minayo & Minayo-Gómez, 2003, p.136). Ademais, esse método surge da necessidade ética para confirmar a validade dos processos (Souza & Zioni, 2003).

Ao nos fundamentarmos nas lições de Gomes et al. (2005, p. 199), que afirma que o melhor método é sempre aquele que, em um determinado momento, “melhor se adequa à reconstrução teórica da realidade”, podemos afirmar que a partir dos métodos escolhidos para coletas de dados e da sua triangulação, será possível observarmos a realidade em diferentes perspectivas e compreender assim um fenômeno tão complexo como a política pública de cotas, buscando entender se essa política afirmativa promoveu a ecologia de saberes e a valorização do bem viver integrado ao olhar da sociedade, de maneira específica na comunidade indígena pesquisada.

Após percorrermos este percurso metodológico, construímos as conclusões a partir da síntese dos achados teóricos e empíricos, destacando as contribuições das políticas afirmativas para a promoção da inclusão social e a democratização do conhecimento nas universidades públicas. Também foram sugeridas direções futuras para pesquisas e políticas educacionais que possam fortalecer o papel da universidade pública como um espaço do comum.

3. A Universidade Pública: Um Potencial Comum

A Teoria do Comum é uma abordagem inovadora que busca compreender as dinâmicas sociais, culturais e políticas por meio da análise dos elementos comuns compartilhados pela sociedade. Fundamentada nas ideias de recursos compartilhados e gestão coletiva, esta teoria nos permite analisar e compreender a universidade pública por uma perspectiva de um potencial comum. Imperioso destacar que a noção de "comum" refere-se a recursos e espaços que são acessíveis e geridos coletivamente pela sociedade, e a universidade pública, como instituição de ensino superior financiada pelo Estado, exemplifica esse conceito de maneira notável, ao menos na perspectiva do seu potencial. Ademais, os estudantes que acessam esse ambiente deixam para trás relações individuais com suas famílias e começam a engajar-se em causas coletivas (Federici, 2022).

A universidade pública vista como um bem comum traz consigo os princípios de acesso universal e gestão coletiva. Michael Hardt e Antonio Negri, em sua obra "Comum: Ensaio sobre a Revolução na Revolta", lecionam a importância de espaços e recursos compartilhados para a construção de uma comunidade inclusiva. No contexto da universidade pública, isso

se traduz na acessibilidade da educação superior, independentemente da origem socioeconômica, da raça, cor, entre outros.

Por esta perspectiva, a universidade pública transcende seu papel tradicional como mero transmissor de conhecimento. Ela se torna um espaço dinâmico e interativo, onde a participação ativa da comunidade acadêmica e da sociedade em geral é essencial para a preservação e otimização desse recurso compartilhado. Essa visão teórica lança luz sobre a necessidade de uma abordagem coletiva na gestão e proteção da universidade pública como um bem comum, promovendo a equidade, a inclusão e o progresso coletivo.

Desta forma, devemos reconhecer que a educação superior não deve ser um privilégio restrito a poucos, mas sim um direito acessível a todos. A universidade pública, ao operar tendo como objetivo principal ser um bem comum, promoverá a inclusão social, proporcionando oportunidades educacionais a indivíduos de diversas origens econômicas e sociais. No entanto, essa não é a realidade das universidades brasileiras, haja vista a exclusão histórica dos grupos marginalizados dentro desses espaços. Assim, apesar do potencial comum das universidades, é preciso que para que alcance uma plenitude do comum, esses espaços sejam ocupados por todos, visto que "não há comum sem comunhar" (Savazoni, 2018, p. 39).

Logo, apesar do ideal de universidade pública como um potencial comum, a concretização desse princípio muitas vezes esbarra em desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito aos grupos sociais que enfrentam dificuldades para acessar o ensino superior. As barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais tornam-se obstáculos significativos, comprometendo a verdadeira realização do caráter comum da universidade pública.

A Teoria do Comum destaca a importância da acessibilidade universal, mas a realidade muitas vezes contrasta com esse ideal. Pierre Bourdieu, em suas análises sobre o campo acadêmico, enfatiza que a universidade, ao invés de ser um espaço democrático e inclusivo, frequentemente reflete e perpetua as desigualdades sociais existentes. Esse contraste revela a necessidade urgente de políticas e práticas que possam transformar a universidade pública, possibilitando que ela cumpra seu papel como um bem comum de maneira mais efetiva.

Em síntese, os desafios na concretização do potencial comum da universidade pública estão entrelaçados com questões sociais profundas. A superação dessas barreiras exige um comprometimento coletivo para enfrentar desigualdades estruturais, repensar modelos educacionais e promover políticas inclusivas. Somente através de esforços conjuntos e uma abordagem fundamentada na Teoria do Comum, podemos esperar alcançar uma universidade verdadeiramente acessível e representativa, cumprindo assim seu papel como um recurso compartilhado para toda a sociedade.

É nesse intento que são instituídas algumas as políticas públicas que surge, como um importante instrumento de ação governamental, constituindo conjuntos de programas, ações e atividades que tem como escopo assegurar a implantação de direitos constitucionais, possibilitando e buscando assegurar o reconhecimento e prática cidadã (Lima; Callou, 2015).

Desta forma, foi com essa missão que torna as universidades um comum acessível a todos que a Política de Cotas foi pensada, discutida e conquistada para promover uma reparação e inserção das pessoas as quais que o professor Richard Santos (2020) chama de maiorias minorizadas, no ensino superior, restando por meio dela estabelecido um determinado número ou percentual de vagas a serem ocupados por grupos definidos, o que pode ocorrer de forma mais ou menos flexível, de maneira proporcional ou não.

Em reconhecimento a importância dessas ações afirmativas e em cumprimento ao preceito constitucional que determina que todos têm direito a educação, em 2012, foi aprovada a Lei Federal no 12.771 (Lei de Cotas), que garante a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e para aqueles de baixa renda nas universidades federais. Essa Lei promoveu uma revolução no acesso as IES em todo país, por apesar de Feres Júnior et al (2013), afirmar que antes da aprovação da Lei, quarenta das 59 universidades federais já utilizavam alguma modalidade de ação afirmativa (cotas, bônus, etc.), foi só a Lei de Cotas que unificou esse procedimento e fortaleceu a política pública de ações afirmativas no Brasil.

4. A Democratização do Acesso as IES e a Ampliação do Comum

Um dos fundamentos da Teoria do Comum se concentra na percepção dos "comuns" como construções sociais moldadas pela interação entre indivíduos e grupos. Esses elementos compartilhados vão além de recursos tangíveis e incluem valores, normas, tradições e até mesmo a linguagem. Analisar os comuns como construtos sociais permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das relações sociais que influenciam sua formação e evolução ao longo do tempo.

As Universidades não ficaram de fora dessas construções sociais e durante muito tempo foi um reflexo das relações de poder e dominação social, sendo um local com potencial comum, mas um potencial que não se realizava de forma prática. Até porque uma universidade pensada como um comum busca garantir o acesso universal à educação superior. Isso implica na remoção de barreiras financeiras, tornando a educação mais acessível a pessoas de diferentes origens econômicas, ou seja, na democratização do acesso.

Nesse objetivo, surge a política de cotas que tem como principal função promover a inclusão social, garantindo que grupos historicamente marginalizados tenham acesso equitativo à educação superior. Antes da implementação das cotas, o acesso à universidade estava muitas vezes atrelado a desigualdades socioeconômicas, perpetuando um ciclo de privilégio para alguns e limitações para outros. Com as cotas, as barreiras foram quebradas, permitindo que estudantes de diversas origens ingressassem nas instituições de ensino superior.

Ao abrir espaço para estudantes de diferentes origens étnicas e culturais, a política de cotas enriqueceu a diversidade dentro das universidades. Antes, a falta de representatividade em salas de aula e corpos discentes contribuía para uma visão limitada do mundo. Agora, a presença de estudantes de diversas origens não apenas reflete a pluralidade da sociedade, mas também enriquece o ambiente acadêmico com diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos.

Antes da implementação das cotas, o potencial comum na universidade estava limitado a um grupo específico de estudantes. Agora, a plenitude da experiência universitária abrange uma gama mais ampla de perspectivas, talentos e habilidades. Isso não apenas beneficia os estudantes diretamente envolvidos, mas também enriquece o ambiente acadêmico como um todo, promovendo a troca de ideias e a construção de conhecimento de forma mais abrangente. A universidade, que outrora representava um potencial comum limitado, agora atinge a plenitude ao abraçar a multiplicidade de vozes e experiências, promovendo um ambiente de aprendizado mais rico e representativo da sociedade em que está inserida. A ampliação da universidade como um espaço comum, transformando-a de uma instituição limitada para uma que reflete e celebra a diversidade da sociedade.

Ademais, a teoria do comum destaca a importância da participação coletiva na gestão de recursos e instituições. Da mesma forma, a política de cotas busca incluir grupos historicamente marginalizados, promovendo não apenas o acesso, mas também a participação ativa desses grupos na vida universitária. Ao garantir a representação desses grupos, a política de cotas contribui para uma gestão mais diversificada e inclusiva do ambiente acadêmico.

A teoria do comum frequentemente propõe a descentralização do poder e a tomada de decisões de maneira mais participativa. No contexto das cotas, a descentralização do acesso à educação superior significa que o poder de moldar a comunidade acadêmica é distribuído de maneira mais ampla, envolvendo uma gama mais diversificada de estudantes. A implementação das políticas de cotas nas universidades representou um importante passo na transformação do ambiente acadêmico. Antes da adoção dessas medidas, a universidade muitas vezes era considerada um espaço comum incompleto, pois estava marcada por desigualdades e exclusões que limitavam o acesso de determinados grupos à educação superior. Com a introdução das cotas, houve um notável crescimento nesse "espaço comum", tornando a universidade mais inclusiva e representativa da diversidade da sociedade.

Tanto a política de cotas quanto a teoria do comum têm como objetivo a construção de um bem comum, no sentido de promover o bem-estar e a equidade para toda a sociedade. Ao proporcionar oportunidades educacionais mais justas e

inclusivas, a política de cotas contribui para a formação de uma sociedade em que o acesso à educação é considerado um bem comum, compartilhado por todos os cidadãos.

Destacamos que a política de cotas na educação superior reflete e se alinha com os princípios da teoria do comum, uma vez que ambas buscam promover a inclusão, a equidade e a participação coletiva na construção de instituições mais justas e representativas. Ambos os conceitos convergem na ideia de que a gestão e o acesso a recursos e oportunidades devem ser compartilhados de forma mais equitativa para o benefício da sociedade como um todo. As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social e na democratização do acesso ao ensino superior. No Brasil, a implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais e sociais, tem sido um marco significativo na busca por equidade e diversidade nas universidades públicas. Essas políticas, ao reconhecerem e abordarem as desigualdades históricas e estruturais, visam proporcionar oportunidades educacionais para grupos marginalizados, promovendo a justiça social e a construção de uma sociedade mais igualitária.

A política de cotas, instituída pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, é uma das principais medidas afirmativas adotadas no Brasil. Essa legislação estabelece reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios adicionais de renda e raça, visando garantir o acesso ao ensino superior a grupos historicamente excluídos. A implementação dessa política nas universidades públicas tem gerado resultados significativos, aumentando a presença de estudantes negros, indígenas e de baixa renda nas instituições de ensino superior.

A análise do impacto das políticas de cotas na educação superior revela que essas medidas têm contribuído para a diversificação do ambiente acadêmico, promovendo a inclusão e a representação de grupos sociais marginalizados. Estudos realizados por pesquisadores como Luiz Augusto Campos (2022) e Eliane Cavalleiro (2022) demonstram que a presença de estudantes de diferentes origens socioeconômicas e raciais enriquece o ambiente acadêmico, proporcionando uma troca de experiências e perspectivas que beneficiam toda a comunidade universitária. Além disso, as políticas afirmativas têm um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades e na redução das disparidades educacionais. Ao proporcionar acesso ao ensino superior a indivíduos de grupos historicamente desfavorecidos, essas políticas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, rompendo com ciclos de exclusão e promovendo a mobilidade social.

Entretanto, é importante reconhecer que a implementação das políticas de cotas enfrenta desafios e resistências. A eficácia dessas medidas depende de uma série de fatores, incluindo a adequação dos critérios de seleção, a disponibilidade de apoio acadêmico e financeiro para os estudantes cotistas, e a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor nas universidades. A resistência às políticas de cotas, muitas vezes baseada em argumentos de mérito e igualdade formal, revela a persistência de preconceitos e a necessidade de um debate contínuo sobre a importância dessas medidas para a justiça social.

5. Considerações Finais

A universidade, como um bem comum, possui o potencial de enriquecer a sociedade como um todo. No entanto, para alcançar esse potencial máximo, é fundamental enfrentar as limitações que restringem o acesso a determinadas populações. Somente através de esforços contínuos para promover a equidade no acesso e na participação acadêmica podemos verdadeiramente transformar a universidade em um recurso acessível e valioso para todos. A busca pela verdadeira universalidade no acesso à educação superior é, afinal, um investimento na construção de uma sociedade mais justa e informada.

Em conclusão, ao avaliar o impacto das políticas afirmativas na universidade pública, emerge uma narrativa transformadora que converteu esse espaço educacional em um verdadeiro campo do comum. As políticas afirmativas, com sua ênfase na inclusão e equidade, desempenharam um papel crucial na reconstrução do tecido social e na redefinição das

dinâmicas de acesso ao ensino superior.

A implementação dessas políticas promoveu uma mudança significativa na composição demográfica das instituições de ensino superior, rompendo com barreiras históricas que limitavam o acesso de determinados grupos. Grupos minoritários, anteriormente marginalizados, agora encontram na universidade pública um espaço comum para desenvolverem seus talentos, contribuindo para a diversidade e enriquecimento do ambiente acadêmico. Além disso, as políticas afirmativas não apenas alteraram a composição estudantil, mas também catalisaram transformações no corpo docente e na estrutura institucional. A universidade pública, ao abraçar a diversidade, tornou-se um terreno fértil para a troca de experiências e perspectivas, enriquecendo os debates acadêmicos e estimulando a produção de conhecimento crítico.

A ideia de comum, nesse contexto, transcende a mera coexistência para incorporar a construção coletiva de um espaço educacional mais representativo e inclusivo. A universidade pública, ao adotar políticas afirmativas, tornou-se um terreno onde as diferenças são celebradas, desafiando preconceitos e preenchendo lacunas históricas de oportunidades. Entretanto, é fundamental reconhecer que o caminho em direção a uma universidade pública verdadeiramente comum ainda requer atenção contínua. Desafios persistem, como a necessidade de garantir que as políticas afirmativas sejam implementadas de maneira eficaz e que o suporte estrutural seja fornecido para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Em última análise, ao refletir sobre a evolução da universidade pública por meio das políticas afirmativas, vislumbra-se um futuro em que o conceito de comum continue a inspirar mudanças progressivas. A universidade, ao abraçar a diversidade como um ativo valioso, reafirma seu compromisso com a construção de conhecimento coletivo e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este artigo discutiu a relevância das políticas afirmativas na universidade pública brasileira, destacando seu papel crucial na promoção da inclusão social e na democratização do acesso ao ensino superior. A análise demonstrou que a implementação de políticas de cotas tem contribuído significativamente para a diversificação do ambiente acadêmico, proporcionando oportunidades educacionais para grupos historicamente marginalizados e promovendo a equidade e a justiça social.

As políticas afirmativas, ao reconhecerem e abordarem as desigualdades estruturais e históricas, desempenham um papel fundamental na construção de uma universidade pública inclusiva e representativa. A presença de estudantes de diferentes origens socioeconômicas e raciais enriquece o ambiente acadêmico, promovendo uma troca de experiências e perspectivas que beneficia toda a comunidade universitária. No entanto, é essencial que as universidades públicas continuem a enfrentar os desafios associados à implementação das políticas de cotas, garantindo que essas medidas sejam efetivas e inclusivas. A criação de um ambiente acolhedor e de apoio para os estudantes cotistas, bem como a promoção de um debate contínuo sobre a importância das políticas afirmativas, são passos essenciais para a construção de uma universidade verdadeiramente comum.

A universidade pública, ao operar como um bem comum, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, na democratização do conhecimento e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A implementação de políticas afirmativas é um passo crucial nesse processo, contribuindo para a realização do potencial comum da universidade pública e para a construção de um futuro mais inclusivo e equitativo.

Este artigo abordou a relevância das políticas afirmativas na universidade pública brasileira, destacando seu papel crucial na promoção da inclusão social e na democratização do acesso ao ensino superior. A análise demonstrou que a implementação de políticas de cotas tem contribuído significativamente para a diversificação do ambiente acadêmico, proporcionando oportunidades educacionais para grupos historicamente marginalizados e promovendo a equidade e a justiça social.

Para trabalhos futuros, sugerimos a realização de estudos longitudinais que acompanhem a trajetória acadêmica e profissional dos beneficiários das políticas de cotas, permitindo uma avaliação mais detalhada dos impactos dessas políticas a longo prazo. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes instituições de ensino superior podem oferecer insights valiosos sobre as melhores práticas e os desafios enfrentados na implementação das políticas afirmativas. É também relevante explorar o impacto dessas políticas em outros níveis de ensino, como a educação básica e técnica, para compreender de maneira mais abrangente as implicações das ações afirmativas na construção de uma sociedade mais equitativa. Por fim, sugerimos investigar o papel das políticas afirmativas em contextos internacionais, analisando como diferentes países abordam a inclusão social no ensino superior e o que o Brasil pode aprender dessas experiências.

Referências

- Baniwa, G. (2012). A Lei das cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. <http://laced.etc.br/site/2012/11/26/a-Lei-das-cotas-eos-povosindigenas-mais-um-desafio-para-a-diversidade>
- Bourdieu, P. (1987). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2020). *Homo Academicus*. Stanford University Press.
- Campos, L. A. (2022). *Raça, classe e políticas de cotas no Brasil*. Editora da Unicamp.
- Cavaleiro, E. (2022). *Políticas afirmativas e diversidade na educação superior*. Revista de Educação.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Dias Sobrinho, J. D. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educ. Soc.*, 31(113), 1223-1245. <http://www.cedes.unicamp.br>
- Federici, S. (2022a). *O comum em revolta*. Autonomia Literária.
- Federici, S. (2022b). *Reencantando o mundo: Feminismo e a política dos comuns*. Editora Elefante.
- Feres Júnior, J., & Zoninsein, J. (2006). Introdução: ação afirmativa e desenvolvimento. In J. Feres Júnior (Org.), *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas* (pp. 9-45). Brasília: UnB.
- Gomes, N. L. (2007). *Diversidade e currículo. Salto para o Futuro*, Brasília, 17, 30-33.
- Feres Júnior, J., & Campos, L. A. (2013). Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. *Revista de Sociologia e Política*, 21(48), 85-99. <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/38764>
- Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem estar comum*. (Tradução de Clovis Marques). Ed. Record. (Kindle edition)
- Hardt, M., & Negri, A. (2020). *Comum: Ensaio sobre a revolução na revolta*. Record.
- Lima, A. C. C., & Callou, A. B. F. (2015). Políticas públicas e assistência técnica para pesca artesanal em Pernambuco. Public policy and technical assistance for artisanal fisheries in Pernambuco. *Revista Contexto & Educação*, 30(95), 93-116. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2015.95.93-116>
- Martins, F. H. de O., & Martins, H. T. A cidade como comum: uma experiência no extremo sul da Bahia.
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Santos, R. (2020). *Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Telha.
- Savazoni, R. (2018). *O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI*. Edições Sesc SP. (Kindle edition)
- Souza, D. V., & Zioni, F. (2003). Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: A teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. *Saúde e Sociedade*, 12(2), 76-85. www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n2/08.pdf
- Stake, R. (1995). *The art of case study research*. Sage Publications